

Carla Sequeira - Recensão de *Associativismo livre. Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 127-129. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2r2

PEREIRA, Joana Dias (2020), *Associativismo livre. Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)*, Edições Almedina. ISBN 978-972-40-8725-2, 311 pp.

Carla Sequeira
CITCEM /FLUP
cferreira@letras.up.pt

No livro *Associativismo livre. Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)*, Joana Dias Pereira fala-nos das origens e evolução do associativismo em diversas vertentes: pedagógica, assistencial e “como organizador da nova sociabilidade urbana” (p. 15). Conforme refere a autora, “através de uma revisão bibliográfica e da exploração de novas fontes produzidas pelas próprias associações” a obra “pretende iluminar a longa história da emergência, do desenvolvimento e da estruturação do movimento associativo contemporâneo, desde os seus primórdios, na alvorada do Liberalismo, até ao golpe militar de 28 de Maio de 1926” (p. 26).

O livro integra-se num projeto da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, de “estudo que abrangerá perto de 200 anos (1834/2024) da vida coletiva deste importante e incontornável sector da nossa sociedade” (p. 9).

A autora centra-se na “segunda onda de associativismo” (p. 12), pretendendo “concorrer para o avanço do estado atual dos conhecimentos sobre a longa história do associativismo livre” (p. 11).

A obra está dividida em três partes e oito capítulos (não numerados). Organizados de forma temática, todos os capítulos percorrem a cronologia indicada no título (1834 a 1926).

A primeira parte, intitulada “Precedentes”, desenvolve-se ao longo de dois capítulos. Em “As instituições para a Ação Coletiva Pré-Modernas” e “Novas formas de sociabilidade e participação cívicas”, aborda-se as comunidades rurais e municípios, as corporações de ofício, irmandades – “as mais difundidas tipologias de associativismo espiritual e assistencial na Europa medieval e moderna” (p. 39) –, confrarias e academias científicas, sociedades patrióticas – “fenómeno considerado como um dos mais relevantes no alvorecer do Liberalismo, estando na origem da liberdade de expressão e reunião e dos próprios partidos políticos” (p. 49). É também analisado o associativismo científico e profissional, as associações de fomento económico, as associações industriais e comerciais e as sociedades agrícolas que, segundo a autora, “cumpriam um serviço de

Carla Sequeira - Recensão de *Associativismo livre. Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 127-129. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2r2

consultadoria do governo no que respeita ao diagnóstico da realidade agrícola nacional e a propostas de intervenção legislativa” como, por exemplo, “a vantagem da liberdade de comércio e agricultura nas vinhas do Alto Douro” (p. 64). Neste aspeto, julgamos que a autora deveria ter clarificado a sua afirmação pois que a vasta bibliografia sobre a Região Demarcada do Douro, por exemplo, demonstra que a defesa de um regime de livre-câmbio para o setor dos vinhos partiu da iniciativa de associações comerciais, com a liderança da Associação Comercial do Porto.

A segunda parte, sob o título “A emergência do associativismo popular” é constituída por três capítulos. No primeiro, “Cooperação e reciprocidade” é dada especial atenção à emergência do associativismo mutualista e ao cooperativismo, “promovido pelos socialistas utópicos em paralelo com o mutualismo” (p. 92). É ainda realçado que, “assim como sucedeu com o mutualismo, o envolvimento de elementos das elites na propaganda do associativismo e o reconhecimento legal foram vitais para o surgimento das cooperativas” (p. 93). São alvo de análise o surgimento dos Montepios e Associações de Socorros Mútuos e respetivo enquadramento/evolução legal. Num segundo capítulo – “Instrução, sociabilidade e civismo” – Joana Dias Pereira discorre sobre as sociedades filarmónicas, clubes desportivos, bombeiros voluntários e as sociedades de instrução e recreio, de cariz popular e operário que, devido às suas funções de instrução e socialização, inauguraram “a designada era do educacionismo, termo utilizado na historiografia para categorizar a crença geral na infalibilidade da educação como instrumento de progresso e justiça social” (p. 105). Frisa, ainda, o aproveitamento, por parte de socialistas e republicanos, cuja intervenção e “crescente relevância da propaganda democrática e da educação cívica, em articulação com a sociabilidade, recreação e cultura” (p. 116) se tornariam patentes nos estatutos destas agremiações. A segunda parte termina com “Progresso e emancipação”, que se foca no associativismo de classe, catolicismo social, livre pensamento e feminismo popular. Como a autora refere, estamos perante uma nova “etapa do associativismo operário por influência da Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864, e sob os impactos da Comuna de Paris de 1871” (p. 137) que ficaria marcada, em Portugal, pelo surgimento dos “primeiros promotores do marxismo socialista” preconizando novas associações operárias sem a participação dos proprietários.

Carla Sequeira - Recensão de *Associativismo livre. Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 2. 2021. 127-129. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_2r2

Na terceira parte – “Expansão, articulação e politização” –, a autora debruça-se, em três capítulos, sobre a ampliação das bases sociais (transformação das associações mutualistas em associações de massas na sequência da industrialização), a articulação translocal e interinstitucional (focando-se na reorganização da comunidade artesanal, na reconfiguração das redes ancestrais e na “era dos congressos”) e a participação cívica e propostas de reforma social (liberdade de associação e representação popular, proteção social e assistência, regulação legal das relações laborais, regulação dos mercados e redistribuição da riqueza, democratização da instrução, cultura e recreio, direitos das mulheres, paz, arbitragem e autodeterminação).

Nas conclusões, a autora refere que “o presente estudo sobre as origens do associativismo contemporâneo tem como principal objetivo chamar a atenção para a sua relevância no processo histórico, mas também para a vantagem de o compreender na sua diversidade e heterogeneidade social” (p. 287). O enquadramento teórico e bibliográfico, bem como a contextualização historiográfica, que percorrem toda a obra, a par de uma escrita cronológica descritiva e interpretativa, permitiram alcançar os objetivos propostos.